

A estrutura hierárquica de valores dos psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola

The hierarchical structure of the values held by psychologists working for the Penitentiary Service of Angola

Paulo Alves^{1,2,4,5*} , Ana Panzo³, Fernandes Manuel^{3,4,5}

¹Instituto Piaget, Viseu, Portugal;

²RECI - Research in Education and Community Intervention, Portugal;

³Serviço Penitenciário de Angola / MININT;

⁴Universidade Jean Piaget de Angola, Angola;

⁵Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela, Angola.

*Autor correspondente/Corresponding author: paulo.alves@viseu.ipiaget.pt

Recebido/Received: 13-04-2021; Revisto/Revised: 20-08-2021; Aceite/Accepted: 24-08-2021

Resumo

Introdução: O Código Deontológico define padrões de comportamento para os psicólogos, em relação aos clientes, colegas e público em geral (Francis, 2004). Trata-se de um quadro de referência que protege a intervenção e eleva a condição de bem-estar dos profissionais e clientes (Ricou, 2014). **Objetivos:** identificar a estrutura hierárquica de valores dos psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola. **Material e métodos:** aplicou-se a ESEHVP - *Escala Sobre a Estrutura Hierárquica de Valores dos Psicólogos*, nas formas de auto-resposta e de hetero-resposta, construída a partir das normas e princípios inscritos no Código Deontológico dos Psicólogos de Angola, a 36 psicólogos que exercem no Serviço Penitenciário. **Resultados:** o *sigilo profissional* confirma-se como a norma da prática profissional com maior nível de adesão na auto-avaliação feita pelos psicólogos penitenciários ($M=4,9$). No conhecimento que estes indicam sobre os níveis de adesão dos seus colegas, a norma deontológica que se encontra invertida “*Comunicar ao cliente os honorários apenas no final da consulta*” acolhe maior valorização ($M=2,9$) que a norma positivamente enunciada sobre o “*Denunciar o colega que violou os princípios deontológicos dos psicólogos*” ($M=2,8$). Os psicólogos em estudo afirmam valorizar significativamente mais todas as normas, positivamente apresentadas, quando comparadas com o conhecimento que têm sobre a valorização feita pelos colegas. **Conclusões:** os resultados identificam as estruturas hierárquicas de adesão aos valores, próprios e reconhecidos nos outros, a relação que existe entre elas, assim como sugerem aquilo que não está bem em termos de valorização e possível cumprimento do Código Deontológico.

Palavras-chave: código deontológico, psicólogos, serviço penitenciário de Angola.

Abstract

Introduction: The Deontological Code sets standards of behaviour for psychologists towards their clients, colleagues, and the general public (Francis, 2004); it serves as a point of reference that protects interventions and enhances the well-being of both professionals and clients (Ricou, 2014). **Objectives:** To identify adherence to the hierarchical structure of the values held by psychologists who work for the Penitentiary Service of Angola (PSA). **Materials and methods:** The ESEHVP—*Scale on the Hierarchical Structure of Values*, in auto-response and hetero-response forms, built from the values and guidelines inscribed in the Deontological Code of Angolan Psychologists, was administered to 36 psychologists working for the PSA. **Results:** Professional secrecy is the norm of professional practice, with the highest level of adherence on the self-assessment given to prison psychologists ($M=4,9$). In the knowledge they have about levels of their colleagues' membership, the deontological norm that is inverted—'Communicate the fees to the client only at the end of the consultation'—receives greater appreciation ($M=2,9$) than the norm that is positively stated about 'reporting a colleague who violated the psychologists' deontological principles' ($M=2,8$). The participating psychologists claimed to value norms that are positively presented more significantly when compared to the knowledge they have about the appreciation of their colleagues. **Conclusions:** The results identify the hierarchical structure of adherence to values—which are the psychologists' own and are recognised by others—and demonstrate the relationships among those values, and the results also shed light on how psychologists are not meeting these values as well as possible compliance with the Deontological Codes.

Keywords: deontological Code, Psychologists, Penitentiary Service of Angola.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente O Estado angolano atribui ao **Serviço Penitenciário**, órgão executivo vinculado ao Ministério do Interior, a intervenção no acompanhamento de cidadãos que cumprem penas privativas de liberdade, a fiscalização do cumprimento das medidas de prisão preventiva e dos prazos para a liberdade condicional. A este Serviço está atribuído o assistir psico-socialmente, reabilitar e reintegrar, o cidadão após lhe ser restituída a liberdade. Trata-se de um sistema especializado, regulado pela Lei nº 08/2008, de 29 de agosto, a Lei nº 25/2015 de 18 de Setembro e pelo Decreto Executivo nº 272/16 de 21 de junho, orientados para a humanização, reabilitação e ressocialização, do cidadão que esteve privado de liberdade. Os operadores penitenciários reportam-se às NEP's – Normas de Execução Permanente, aprovadas pelo Decreto Executivo nº 272/16, que definem as bases gerais de execução das medidas operativas e procedimentos do Sistema Penitenciário em Angola.

A intervenção reabilitativa no Serviço Penitenciário encontra-se estruturada a partir de quatro dimensões fundamentais: a transversalidade, através da qual todo o operador penitenciário se assume como participante no processo de reabilitação; a multidimensionalidade, através da qual a ação reabilitativa é direcionada para todas as dimensões (bio-psico-socio-axiológica) da pessoa privada de liberdade; a ininterruptabilidade, através da qual o exercício de intervenção reabilitativa ocorre nas 24 horas de cada dia; o tratamento diferenciado, através do qual é considerada a singularidade de cada pessoa privada de liberdade, atendendo a que cada pessoa é um ser único e irrepetível, detentora de mecanismos motivacionais específicos e de uma escala própria de valores, que são respeitados e atendidos através dos Planos Individuais de Adaptação e dos Planos Individuais de Reabilitação. Estes planos integram a assistência médico-sanitária, a assistência psicossocial, a formação específica, o aperfeiçoamento profissional e a ocupação laboral, as atividades educativas e culturais (escolaridade obrigatória, desporto, recreação e educação para saúde), a assistência religiosa (liberdade de religião e culto).

O novo Regulamento Orgânico da Direção Geral do Serviço Penitenciário foi aprovado em julho de 2017. Neste definem-se a natureza e as atribuições do Serviço Penitenciário, enquanto órgão executivo central do Ministério do Interior, com a obrigação de: executar as medidas privativas de liberdade dos cidadãos, determinadas pelas autoridades judiciais competentes; aplicar as políticas de reabilitação e reintegração social do recluso; efetivar a fiscalização do cumprimento da prisão preventiva, assim como os prazos para a liberdade condicional. Este diploma alterou o formato estrutural e funcional, na medida em que elevou o Departamento de Reeducação Penal para uma Direção.

A **Assistência Psicológica no Serviço Penitenciário de Angola** é feita pelo Núcleo de Assistência Psicológica (NAPS) das Unidades Penitenciárias, enquadrada funcional e metodologicamente na Secção de Reeducação Penal do Serviço Penitenciário. Em cada Estabelecimento Penitenciário, a Secção de Reeducação Penal, da qual faz parte a Assistência Psicossocial, desenvolve as suas atividades sob a orientação de

1. INTRODUCTION

The Angolan government assigns an executive body to the **Penitentiary Service**; this executive body is linked to the Ministry of the Interior, the monitoring of citizens serving custodial sentences, and the supervision of compliance with preventive detention measures and deadlines for parole. Psychosocial assistance, rehabilitation, and the reintegration of citizens (after their freedom is restored) are also attributed to this service. It is a specialised system, regulated by Law No. 08/2008 of 29 August, Law No. 25/2015 of 18 September, and Executive Decree No. 272/16 of 21 June, oriented toward the humanisation, rehabilitation, and resocialisation of citizens who were previously deprived of liberty. Prison operators refer to NEPs, or Permanent Execution Rules, approved by Executive Decree No. 272/16, which defines the general bases for implementing the operational measures and procedures of the Penitentiary Service of Angola (PSA).

The rehabilitative intervention in the PSA is structured around four fundamental aspects:

1. *transversality*, through which the prison operator assumes himself/herself to be a participant in the rehabilitation process;
2. *multidimensionality*, through which rehabilitation action is directed toward all (bio-psycho-socio-axiological) dimensions of the person deprived of liberty;
3. *uninterruptedness*, through which the rehabilitation intervention takes place 24 hours a day; and
4. *differentiated treatment*, through which the uniqueness of each person deprived of freedom is considered.

Each person represents a singular being, a holder of specific motivational mechanisms and a specific scale of values, which are respected and met through Individual Adaptation and Individual Rehabilitation Plans. These plans include medical and health care, psychosocial care, specific training, professional improvement and occupation, educational and cultural activities (compulsory education, sports, recreation and health education), and religious assistance (freedom of religion and worship).

The new Organic Regulation of the General Directorate of the PSA was approved in July 2017; it defines the nature and attributions of the PSA as a central executive body of the Ministry of the Interior, with the obligation to implement measures related to the deprivation of citizens' liberty, determined by competent judicial authorities. Rehabilitation and social reintegration policies relevant to the prisoner are implemented, and pretrial detention is enforced, as well as the time limits for parole. This regulation has changed the structural and functional format to the extent that it has elevated the Department of Criminal Re-education to a Directorate.

Psychological assistance in the PSA is offered through the Psychological Assistance Centre (NAPS) of the Penitentiary Units and is functionally and methodologically framed in the Section of Criminal Reeducation of the Penitentiary Service. In each Penitentiary Establishment, the Section of Criminal Re-education—of which psychosocial care is a part—develops its activities under the guidance of a representative of the Head of the National Department. Each section of Criminal Re-

um representante do Chefe de Departamento Nacional. Cada Secção de Reeducação Penal tem como missão implementar políticas reabilitativas, orientar o exercício reabilitativo e supervisionar as atividades da especialidade.

Esta Secção, imprescindível na reabilitação e ressocialização do Homem privado de liberdade, foi criada em 2002. Numa fase inicial, por escassez de quadros, funcionava apenas com um psicólogo, destinado a apoiar os reclusos na reabilitação e ressocialização, prestar assistência psicológica aos familiares dos reclusos e demais funcionários do Serviço Penitenciário. Por despacho do Diretor do órgão, este especialista desenvolvia a sua atividade no consultório criado para o efeito, situado no Hospital Prisão de São Paulo, com uma intervenção ao nível do diagnóstico psicológico, da psicoterapia e aconselhamento. O Artigo nº 220 do Decreto Executivo 274/16, determina que a Assistência Psicológica deve ser dirigida pelo Especialista Psicólogo do bloco prisional, sendo este coadjuvado pelo Reabilitador de brigada do Recluso no âmbito das diversas atribuições.

Em 2014 foram integrados novos técnicos, incluindo psicólogos clínicos, do trabalho, da educação e especialistas de outras áreas, como sociólogos. Atualmente o Departamento integra e supervisiona a colaboração de 120 Psicólogos distribuídos pelos diversos Estabelecimentos Penitenciários do país. Os núcleos estão instalados em 10 das 18 províncias, com a previsão de que se possam alargar a todo o território nos próximos anos.

O Psicólogo Prisional, o que atua em contexto prisional, é todo o profissional com formação em psicologia que trabalha na área da Assistência Psicossocial, interagindo com outros sectores dos Serviços Prisionais, de forma a ajudar o recluso (indivíduo privado de liberdade) a atingir a tranquilidade - biológica, psicológica, sociocultural e espiritual (Manuel, 2010). A Assistência Psicológica traduz-se num conjunto de ações de natureza psicodiagnóstica, aconselhamento e psicoterapia, disponibilizadas ao recluso na condição de preventivo ou condenado, em estreita colaboração com as outras áreas de intervenção, procurando alcançar a reabilitação total da pessoa, com o regresso integrado e socialmente saudável. A valorização da Condição Humana é das componentes mais promovidas, bem como o respeito pelos preceitos internacionalmente consagrados sobre o tratamento penitenciário, ao encontro do disposto legalmente no artº. 219, que atribui com carácter obrigatório a Assistência Psicológica a todo o recluso, independentemente da sua situação jurídica penal.

A cadeia é um espaço e um tempo que é, por si só, extremamente stressante, que pode provocar em muitos reclusos o aparecimento de doença psicológica, como depressão e ansiedade, perturbações graves de ajustamento como psicoses ou ainda perturbações de personalidade, impedindo-os de viver com um bom nível de saúde mental, tornando-se mais vulneráveis também a outros tipos de doenças (Panzo, 2020). Justifica-se, portanto, a intervenção do psicólogo nas mais variadas áreas, nomeadamente a psicopedagógica, clínica, saúde, organizacional, criminal ou forense. No exercício da sua profissão, os psicólogos do Serviço Penitenciário realizam diversos tipos de atividades, tais como: triagem e entrevistas de seguimento; diagnósticos e pareceres

education has a mission to implement rehabilitation policies, to guide rehabilitation exercises, and to supervise the activities of the specialty.

This section, essential in the rehabilitation and resocialisation of the person deprived of freedom, was created in 2002. At an early stage, due to a shortage of staff, this person only worked with a psychologist who aimed to support prisoners in rehabilitation and resocialisation, providing psychological assistance to the prisoners' relatives and other prison service employees. By legal order of the Director of the agency, this specialist developed his activity in the office created for this purpose, located in the São Paulo Prison Hospital, with an intervention in terms of psychological diagnosis, psychotherapy, and counselling. Article N° 220 of Executive Decree 274/16 stipulates that Psychological Assistance must be overseen by the Specialist Psychologist of the prison block, which is assisted by the Rehabilitator of the Prisoner's brigade based on various attributions.

In 2014, new technicians were integrated, including clinical psychologists, organisational psychologists, educational experts, and specialists from other fields, such as sociologists. Currently, the department integrates and supervises the collaboration of 120 psychologists distributed by the country's numerous penitentiary establishments. The nuclei are installed in 10 of the 18 provinces, with the forecast that they can extend to the entire territory in upcoming years.

Prison psychologists are professionals with a degree in psychology who work in psychosocial care; they interact with other sectors of the prison service to help prisoners achieve a sense of tranquility regarding biological, psychological, sociocultural, and spiritual aspects (Manuel, 2010). The Psychological Assistance unit offers psychodiagnostic actions, counselling, and psychotherapy, available to prisoners in the condition of preventive or condemned, in close collaboration with the other areas of intervention, seeking to achieve total rehabilitation of the person, with an integrated and socially healthy return. The valorisation of the human condition is one of the most promoted components, as well as respect for internationally consecrated precepts on prison treatment, in accordance with the legal provisions of Art. 219, which requires that psychological assistance be offered to all prisoners, regardless of their criminal legal status.

Jail is an extremely stressful environment that can lead many prisoners to experience psychological illnesses such as depression and anxiety, severe adjustment disorders such as psychoses, or even personality disorders; this prevents them from living with a good level of mental health, and they become more vulnerable to other ailments (Panzo, 2020). Therefore, the psychologist's intervention in varied areas is namely justified by psychopedagogical, clinical, health, organisational, criminal, and forensic aspects. In exercising their profession, psychologists from the PSA perform diverse activities such as screening and follow-up interviews, diagnoses and psychological opinions for parole proposals, extra-penal passes, transfers to psychiatry, psychological counselling (staff, prisoners, and their families), case studies, post-institutional visits, evaluations of psychological/work skills, recreational activities, and participation on days of care for prisoners at the

psicológicos para as propostas de liberdade condicional; passe extrapenal, transferências para a psiquiatria; aconselhamentos psicológicos (ao efetivo, reclusos e seus familiares); anamneses e estudos de caso; visitas pós-institucionais, avaliação de habilidades psicológicas/laborais, atividades lúdicas entre outras; participação em Jornadas de atendimento aos reclusos a nível nacional (NEP, 2016).

A intervenção psicológica mantém-se mesmo depois do recluso cumprir a pena e estar em liberdade, através dos Apoios ou Assistência Pós-Institucionais, que são realizados através de equipas multidisciplinares, constituídas por um psicólogo, um sociólogo e um reeducador. A iniciativa parte, muitas vezes, dos familiares do próprio recluso, porque se aperceberam das mudanças do seu comportamento (ex-presidiário) e pela preocupação de que o mesmo não volte a cometer os mesmos erros.

A **Deontologia** dos Psicólogos no Serviço Penitenciário, tal como em muitos outros contextos, também aparece associada à capacidade de juízo moral (Francis, 2004), força principal que faz operar a personalidade, que lhe dá não somente uma parte importante do seu dinamismo, mas mesmo o sentido da sua orientação (Alves, 2011). Por princípio, a saúde deontológica está associada ao julgamento do sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto, ou seja, da consciência moral. A dimensão moral apresenta-se como a que confere à personalidade humana o seu carácter essencial e o desenvolvimento moral afirma-se como o mais importante e social de todos os desenvolvimentos da pessoa humana (Lourenço, 1998).

As regras morais são categoricamente consideradas como universais, afetando papéis sociais específicos ou os membros de sociedades específicas, e tendem a proibir diretamente o comportamento que causa mal aos outros (Ricou, 2014). Todas estas regras derivam da compreensão que as sociedades alcançam acerca das necessidades físicas e sociais da humanidade. As pessoas são vulneráveis e nenhum instinto as protege de causar mal aos outros. Por isso, o ser humano necessita de instituições - universais - que lhe assegurem a sobrevivência, evitando danos diretos (morte, abuso, roubo...) assim como de regras específicas para evitar causar um dano indireto (mentir, quebrar uma promessa...) – regras e costumes sociais. Jean Piaget (1994) considera que toda a moral consiste num sistema de regras. Estas regras transmitem-se de geração em geração e mantêm-se graças ao respeito que os indivíduos têm por elas. Ora, é precisamente no respeito que os indivíduos adquirem por estas regras que reside a essência da moralidade. Piaget conclui, desta forma, que o desenvolvimento do juízo moral depende de uma relação muito próxima com determinados fatores: a crescente maturidade cognitiva, o convívio com os adultos e, de modo particular, o convívio com os seus pares.

A essência da moralidade, para Kohlberg (1992), reside no princípio da justiça. Assim, os juízos morais são, em primeiro lugar, juízos de valor; em segundo lugar, são juízos sociais, ou seja, juízos que envolvem as pessoas; em terceiro lugar, são juízos prescritivos ou normativos, juízos de obrigação moral, de direitos e responsabilidades, mais do que juízos de simpatia ou preferência. Por esta via se chega à distinção de três níveis de desenvolvimento do juízo moral: o nível pré-convencional,

national level (NEP, 2016).

The psychological intervention is maintained even after the prisoner has served his/her sentence and is set free through post-institutional support or assistance, which are carried out through multidisciplinary teams composed of a psychologist, a sociologist, and a re-educator. The initiative often comes from the relatives of the inmate, because they realise the changes in his/her behaviour and are concerned that he/she may make the same mistakes again.

The **deontology** of psychologists in the PSA, as in many other contexts, is also associated with the capacity for moral judgement (Francis, 2004), the main force that makes the personality operate, which gives it not only an important part of its dynamism, but also the meaning of its orientation (Alves, 2011). In principle, deontological health is associated with the judgement of good and evil, of the just and the unjust; that is, of moral conscience. The moral dimension gives the human personality its essence and moral development, and asserts itself as the most important, social aspect of all human developments (Lourenço, 1998).

Moral rules are categorically regarded as universal, affecting specific social roles or members of certain societies, and tend to directly prohibit behaviour that causes harm to others (Ricou, 2014). All these rules are derived from the understanding that societies achieve about humanity's physical and social needs. People are vulnerable, and no instinct protects them from harming others. Therefore, humans need (universal) institutions that ensure their survival, so they can avoid direct damage (e.g. death, abuse, theft), as well as specific rules to avoid causing indirect damage (e.g. lying, breaking a promise); that is, they need rules and social customs. Jean Piaget (1994) believed that all forms of morality consisted of a system of rules that are transmitted from generation to generation, and are maintained thanks to people's respect for them. However, it is precisely with respect that individuals acquire these rules, which contain the essence of morality. Piaget concludes, in this way, that the development of moral judgement depends on a very close relationship with certain factors: increasing cognitive maturity, socialising with adults, and, in particular, socialising with one's peers.

The essence of morality, for Kohlberg (1992), lies in the principle of justice. Hence, moral judgements are, first, value judgements. Second, they are social judgements; that is, judgements that involve people. Third, they are prescriptive or normative judgements, of moral obligation, of rights and responsibilities, more than judgements of sympathy or preference. In this way, three levels of moral judgement are distinguished: (1) the preconventional level; (2) the conventional level; and (3) the postconventional level. Following the tradition of Jean Piaget, regarding the study of the development of cognitive structures, Laurence Kohlberg focused on moral development and elaborated with a theory on the stages of moral development, which far surpassed Piaget's formulations on moral judgement, and underpinned the achievement of the moral development index (Thoma & Dong, 2014). From the work of Piaget and Kohlberg, we find that adequate moral development moves away from an authority-dependent orientation—fear—toward self-oriented, internal, autonomous

o nível convencional e o nível pós-convencional. Seguindo a tradição de Jean Piaget, quanto ao estudo do desenvolvimento das estruturas cognitivas, Laurence Kohlberg focou-se no desenvolvimento moral e forneceu-nos uma Teoria de Estádios do Desenvolvimento Moral, que em muito superou as formulações de Piaget quanto ao Julgamento Moral, e alicerçou a obtenção do Índice de Desenvolvimento Moral (Thoma & Dong, 2014). A partir dos trabalhos de Piaget e Kohlberg, verificamos que um desenvolvimento moral adequado afasta-se de uma orientação dependente da autoridade - medo - para um controlo auto-orientado, interno, autónomo, marcado por sanções internas e uma escolha consciente de metas. O desenvolvimento moral resulta do crescimento e, como tal, é lento e difícil. Muitos adultos não ultrapassam o Estádio 3, embora o Estádio 4 seja o mais frequente.

Os Códigos de Conduta emergem no espaço de relação entre este domínio do raciocínio moral e necessidade de auto-regulação nas profissões (Francis, 2004). Assume-se o princípio de que a prática da ética profissional proporciona mais benefícios do que a obediência legal mínima. Neste mesmo sentido, a existência de um Código Deontológico ajuda a promover e a sustentar a identidade da profissão, harmoniza as expectativas referentes aos objetivos comuns dos seus membros e promove a credibilidade da profissão junto do público e da sociedade em geral (Ricou, 2014). Espera-se, portanto, que o psicólogo que exerce nos Serviços Prisionais respeite os princípios deontológicos da sua profissão (Código Deontológico dos Psicólogos de Angola) e os princípios éticos e morais universais, plasmados na Lei do Órgão do Serviço Penitenciário.

O psicólogo prisional deve ter em atenção as normas que regem a atividade penitenciária, atuando em defesa dos direitos e deveres dos reclusos e dos funcionários. Porque o contexto prisional, pela sua particular natureza, é caracterizado como um ambiente stressante, propício a situações de risco, acrescentando-se ainda a necessidade de salvaguarda das regras paramilitares. Para que se possa dar resposta e apresentar evidência sobre o nível de adesão às normas e princípios próprios da prática deontológica dos psicólogos, elaborou-se um estudo que tem como objetivo identificar a estrutura hierárquica de valores dos psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola e analisar as diferenças entre os valores próprios assumidos pelos psicólogos que participem no estudo e o conhecimento que estes têm relativamente à valorização que é feita pelos seus colegas de profissão.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a concretização do objetivo anteriormente enunciado, atendendo à necessidade de aprofundamento da temática, optou-se por um estudo descritivo com recurso a dados quantitativos. A ausência de instrumentos próprios para o contexto angolano, justificou a construção da ESEHVP - *Escala Sobre a Estrutura Hierárquica de Valores dos Psicólogos*, que se iniciou com a consulta da literatura relacionada com a ética no exercício profissional dos psicólogos (Francis, 2004; O'Donouhe & Ferguson, 2003; Ricou, 2004, 2014), partindo-se do princípio de que o conceito de Valores e o comportamento ético, ainda que assumam uma dimensão universal, variam na intensidade e no posicionamento hierárquico em função das características

control marked by internal sanctions and a conscious choice of goals. Moral development results from growth, and as such is slow and difficult. Many adults do not exceed Stadium 3, although Stadium 4 is the most frequent.

Codes of conduct emerge in the relationship between this domain of moral reasoning and the need for self-regulation in various professions (Francis, 2004). Such codes assume that the practice of professional ethics provides more benefits than minimum legal obedience. In this same vein, a deontological code helps to promote and sustain the identity of a profession, harmonises expectations regarding the common objectives of its members, and fosters the profession's credibility among the public and society in general (Ricou, 2014). Therefore, a psychologist who works in the PSA should respect the deontological principles of his/her profession (Deontological Code of Psychologists of Angola) and the universal ethical and moral principles shaped by the Law of the Organ of the PSA.

Prison psychologists should keep in mind the rules that govern penitentiary activities and defend the rights and duties of prisoners and employees. The prison context, by its very nature, is characterised as a stressful environment conducive to risky situations, adding to the need to safeguard paramilitary rules. To present evidence about the level of compliance with the norms and principles of psychologists' deontological practice, a study was conducted to identify the hierarchical structure of the values held by psychologists working for the PSA and to analyse the differences between the psychologists' own values and their knowledge regarding the appreciation of their colleagues.

2. MATERIALS AND METHODS

To achieve the objective previously stated, given the need to deepen the theme, a descriptive study using quantitative data was chosen. The absence of specific instruments for the Angolan context prompted the construction of the *ESEHVP - Scale on the Hierarchical Structure of Values of Psychologists*, which began with a literature review related to ethics in the professional practice of psychologists (Francis, 2004; O'Donouhe & Ferguson, 2003; Ricou, 2004, 2014). The literature review was based on the principle that the concepts of values and ethical behaviour, even if they take on a universal dimension, vary in intensity and hierarchical positioning according to spatiotemporal features and personal conditions. A review was carried out on the methodological rules used in the construction of attitude scales (Netemeyer, Bearden & Sharma, 2003) and the procedures used in the construction or adaptation of related instruments (Alves, 2007; Alves, 2014) to evaluate the importance of, in the context of psychologists' professional practice, each individual assuming the norms or principles of the Deontological Code of Angolan Psychologists. After building the scale, it was submitted for the appreciation of a group of judges; 15 norms and principles were eventually selected, which—also through methodological options related to the size of the instrument—were recognised as more relevant. The ESEHVP resulted in a 5-point Likert scale, where 1='totally disagree', 2='partially disagree', 3='neither agree nor disagree', 4='partially agree', and 5='totally agree'. To compete for the internal consistency of the ESEHVP, it was decided to present 5 of the items (8, 9, 10, 14, 15) in an inverted way.

espácio-temporais e condições pessoais; realizou-se uma revisão sobre as regras metodológicas utilizadas na construção de escalas de atitudes (Netemeyer, Bearden & Sharma, 2003) e dos procedimentos utilizados na construção ou adaptação de instrumentos afins (Alves, 2007; Alves, 2014) para se avaliar a importância que assume, no contexto do exercício profissional dos psicólogos, cada uma das normas ou princípios que emanam do Código Deontológico dos Psicólogos Angolanos. Após a construção da escala, submeteu-se à apreciação de um grupo de juizes, acabando por ser selecionados 15 normas e princípios a que, também por opção metodológica relacionada com a dimensão do instrumento, se reconheceu maior relevância. A ESEHVP resultou numa escala de *likert* de 5 pontos, em que 1 significa “Totalmente em desacordo”, 2 - “Discordo parcialmente”, 3 - “Nem de acordo nem em desacordo” 4 - “Concordo parcialmente” e 5 - “Concordo totalmente”. Com o intuito de se concorrer para a consistência interna da ESEHVP, optou-se pela apresentação de 5 dos itens (8, 9, 10, 14, 15) de forma invertida.

2.1. AMOSTRA

Participaram nesta investigação 36 indivíduos que exercem funções no Serviço Penitenciário de Angola, ou seja, cerca de 30% do total de psicólogos que trabalham em Angola no Serviço Penitenciário. Assim, na amostra em estudo, 7 indivíduos são do género masculino (19%) e 29 do género feminino (81%); todos com idades compreendidas entre os 26 e 62 anos, com um valor médio de 36 anos; 10 (28%) dos participantes ainda a concluir estudos nos 3º, 4º e 5º anos de Psicologia, 24 (67%) Licenciados e 2 (5%) com o grau de mestre; 23 (64%) dos indivíduos pertencem à área de especialização em psicologia clínica e 13 (36%) de outras áreas de especialização, concretamente educacional, saúde, organizacional e criminal; 15 (42%) indivíduos com > 10 anos de serviço, 8 (22%) > de 5 anos de serviço e 13 (36%) < de 5 anos de serviço. Todos os indivíduos anteriormente referidos, independentemente da conclusão ou do nível da formação, encontravam-se a exercer funções de psicólogo nos SPA.

2.2. PROCEDIMENTOS

Considerando os benefícios, confirmados em diversas investigações (Seixas, 2005), que resultam da utilização de metodologia da auto-resposta, em que os inquiridos são avaliados sobre o seu próprio nível de adesão, e a metodologia de hetero-resposta, em que se procura o conhecimento dos pares sobre o grau de adesão dos colegas, optou-se pela aplicação da ESEHVP nestas duas formas, em dois momentos distintos.

A opção pela metodologia de hetero-resposta justifica-se pelo facto de que a nomeação por pares pode produzir melhor informação e ser pluralmente mais convergente.

Após obtida a devida autorização junto dos Serviços Penitenciário de Angola e junto do DAEFA da Universidade Jean Piaget de Angola, aplicou-se a ESEHVP - Escala Sobre a Estrutura Hierárquica de Valores dos Psicólogos no Estabelecimento Feminino de Viana - Luanda. A área de Assistência Psicossocial do referido Estabelecimento é composta por 15 psicólogos, tendo participado nesta investigação 8 (53%). Em seguida, avaliaram-se os psicólogos do Estabelecimento Masculino de Viana - Luanda. A área de Assistência Psicossocial deste Estabelecimento é

2.1. PARTICIPANTS

Thirty-six individuals working in the PSA participated in this investigation; approximately 30% were psychologists working in the PSA. In the study sample, 7 individuals were male (19%) and 29 were female (81%). All of them were between 26 and 62 years old, with an average age of 36. Ten (28%) were still completing their studies in their 3rd, 4th, and 5th years of their degree. Specifically, 24 (67%) had a Bachelor's degree and 2 (5%) had a master's degree; 23 (64%) specialise in clinical psychology and 13 (36%) in other areas, (namely the educational, health, organisational, and criminal fields). Fifteen (42%) had >10 years of service, 8 (22%) had >5 years of service, and 13 (36%) had <5 years of service. All the individuals mentioned above, regardless of completion or level of training, were working as psychologists in the PSA.

2.2. PROCEDURES

Considering the benefits, confirmed in several investigations (Seixas, 2005), resulting from the use of self-response methodology, in which respondents are evaluated based on their own level of support, and the hetero-response methodology, in which peer knowledge is sought about the degree of colleagues' adherence, it was decided to apply the ESEHVP through these two kinds of responses at two different times.

The choice of hetero-response methodology is justified by the fact that peer naming can produce better information and be more convergent.

After obtaining proper authorisation from the PSA and from the DAEFA of the Jean Piaget University of Angola, the ESEHVP - Scale on the Hierarchical Structure of Values of Psychologists was applied at the Female Establishment of Viana-Luanda. The psychosocial care area of this Establishment is composed of 15 psychologists who participated in Study 8 (53%). Next, the psychologists of the Male Establishment of Viana-Luanda were evaluated. The psychosocial care area of this establishment is composed of 13 psychologists who participated in Study 7 (54%).

The ESEHVP was equally applied to all (100%) psychologists connected to the PSA's Department of Re-education, which is responsible for elaborating and implementing the rehabilitation policies of the entire penitentiary system, and is composed of 10 psychologists. Finally, 11 psychologists belonging to the various establishments of the Province of Benguela were evaluated, including in the field of provincial responsibility, two psychologists (50%) from Lobito jail, 5 (71%) from Chip Chain, and 3 (75%) from the Female Establishment.

After obtaining informed consent and administering the ESEHVP, the results were inserted into a database and analysed through the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) program version 24, using the *Wilcoxon* test to examine the relationship between the hierarchical structure of values held by the individuals under study and the structure of values in the professional practice of their colleagues.

3. RESULTS

The overall results point to the one-dimensionality of the ESEHVP. Although the one-dimensionality scale does not have

composta por 13 Psicólogos, tendo participado no estudo 7 psicólogos (54%). A ESEHVP foi igualmente aplicada a todos (100%) os psicólogos afetos ao Departamento de Reeducação do Serviço Penitenciário, que é responsável pela elaboração e implementação das políticas de reabilitação de todo Sistema Penitenciário e é composto por 10 Psicólogos. Finalmente fez-se a avaliação de 11 psicólogos pertencentes aos diversos Estabelecimentos da Província de Benguela, incluindo a responsável provincial, dois psicólogos (50%) da cadeia do Lobito, 5 (71%) da Cadeia de Cavaco e 3 (75%) do Estabelecimento Feminino.

Após a obtenção do consentimento informado e aplicação da ESEHV, inseriram-se os resultados numa base de dados e procedeu-se à análise através do programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão.24, utilizando-se o Wilcoxon Test para a análise de relação entre a estrutura hierárquica de valores assumidos pelos indivíduos em estudo e a estrutura de valores do exercício profissional dos seus colegas.

3. RESULTADOS

Os resultados globalmente obtidos apontam para a unidimensionalidade da ESEHVP. Apesar da unidimensionalidade de uma escala não ter critérios empíricos consensuais, a consistência interna obtida através do coeficiente alfa de Cronbach (.85), sendo um valor elevado, aponta nesse sentido. No mesmo sentido, a global e elevada valorização dos 15 princípios e normas da prática deontológica apontam para a existência de uma estrutura hierárquica de adesão dos psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola em estudo, ainda que com natural diferença de posicionamento das normas e princípios dentro da estrutura.

Na forma de auto-resposta à ESEHVP (Tabela 1), os valores próprios dos psicólogos penitenciários de Angola afirmaram-se de acordo com a seguinte estrutura hierárquica:

A análise dos resultados (Tabela 1) mostra que no ranking dos três mais valorizados encontram-se: 13- Guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente (M=4,9); 1- Respeito pela dignidade e direitos da pessoa (M=4,8); e in exequo, 2- Usar de objetividade e prudência na avaliação e intervenção psicológica (M=4,6), 5- Respeito pelos valores culturais e religiosos do cliente (M=4,6). No final da estrutura hierárquica encontra-se o ranking dos três menos valorizados: 14- Ceder instrumentos de avaliação psicológica a pessoas não qualificadas (M=1,7); 10- Assistir clientes de outro psicólogo, mesmo sem o pedido deste (M=2) e o 9- Atender em lugares públicos (M=2,1).

A valorização atribuída na forma de hetero-resposta, pelos psicólogos em estudo, relativamente ao nível de adesão aos valores no exercício profissional dos seus colegas (Tabela 2) resulta na estrutura hierárquica deontológica reconhecida nos psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola e o nível de valorização de cada norma e princípio.

A análise dos resultados sobre a estrutura hierárquica dos valores reconhecidos no exercício profissional dos colegas Psicólogos Penitenciários (Tabela 2) mostra que no ranking dos três mais valorizados se encontram: 1- Respeito pela dignidade e direitos da pessoa (M=3,7); 13- Guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente (M=3,5) e o 5- Respeito pelos valores culturais e religiosos do cliente (M=3,4). No final da estrutura hierárquica

consensual empírica criteria, the internal consistency obtained through *Cronbach's alpha coefficient* (.85), being a high value, points in this direction. In the same vein, the global and high valorisation of the 15 principles and norms of deontological practice point to the existence of a hierarchical structure for the support of psychologists who work for the PSA and who took part in this study, although with a natural difference in the positioning of norms and principles within the structure.

In the form of the self-response to ESEHVP (Table 1), the values of the prison psychologists of Angola were affirmed according to the following hierarchical structure:

The analysis of the *results* (Table 1) reveals the three most highly ranked values: 13–*maintain the confidentiality of the work performed with the client* (M=4.9); 1–*respect for the person's dignity and rights* (M=4.8); and in exequo, 2–*use of objectivity and prudence in psychological evaluation and intervention* (M=4.6), 5–*respect for the client's cultural and religious values* (M=4.6). The three lowest ranked values fall at the bottom of the hierarchical structure: 14–*providing psychological assessment instruments to unqualified persons* (M=1.7); 10–*assisting clients treated by another psychologist, even without his request* (M=2); and 9–*serving in public places* (M=2.1).

The appreciation attributed in the form of the hetero-response, by the psychologists under study, in relation to the level of adhering to the values in the professional practice of their colleagues (Table 2), results in the hierarchical deontological structure recognised among psychologists at the PSA and the level of valorisation of each norm and principle.

The results surrounding the hierarchical structure of the values recognised in the professional practice of the PSA by one's peers (Table 2) indicate that the three most highly ranked values include: 1–*respect for the person's dignity and rights* (M=3.7); 13–*maintain the confidentiality of the work performed with the client* (M=3.5) and 5–*respect for the client's cultural and religious values* (M=3.4). The three lowest ranked values fall at the end of the hierarchical structure: 9–*serving in public places* (M=2.4); 14–*providing psychological assessment instruments to unqualified persons* (M=2.5); 10–*assisting clients treated by another psychologist, even without his request* (M=2.7); 1–*respect for the person's dignity and rights* (M=3.7); 13–*maintaining the confidentiality of the work performed with the client* (M=3.5) and 5–*respect for the client's cultural and religious values* (M=3.4).

Graph 1 shows the comparison between the self-assessment made by the psychologists of the PSA and the hetero evaluation; that is, their knowledge about the levels of appreciation among their colleagues. It turns out that the smallest difference is in the standards of 8–*assisting family members* and 9–*serving in public places*, while the biggest difference is in 13–*maintaining the confidentiality of the work performed with the client*.

The analysis of the relationship between the differences (Table 3) in adherence to values, identified by the participants themselves and recognised by their peers at the PSA, demonstrated statistically significant differences ($p<0.05$) in 12 (80%) of the norms and principles that comprise the ESEHV. The psychologists who participated claimed that they value the following significantly more than their colleagues: 13–*maintain the confidentiality of the work performed with the client*

Tabela/Table 1- **Estrutura Hierárquica dos valores próprios dos Psicólogos Penitenciários/Hierarchical structure of one's own values among penitentiary psychologists**

	Média/Average	DP	Md
13 - Guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente/Maintain the confidentiality of the work done with the client	4,9	0,5	5
1- Respeito pela dignidade e direitos da pessoa/Respect the person's dignity and rights	4,8	0,5	5
2- Usar de objectividade e prudência na avaliação e intervenção psicológica/Use of objectivity and prudence in psychological evaluation and intervention	4,6	0,7	5
5 - Respeito pelos valores culturais e religiosos do cliente/Respect for the client's cultural and religious values	4,6	0,8	5
7- Informar o cliente sobre os serviços que irão ser prestados/Inform the client about the services to be provided	4,5	0,8	5
3 - Ser claro e cientificamente verdadeiro nas intervenções públicas/Be clear and scientifically true in public interventions	4,4	0,8	5
11- Indicar os serviços de outros colegas caso sinta limitações/Refer the client to the services of other colleagues if you feel there are limitations	4,3	0,9	4,5
6 - Limitar o número dos clientes/Limit the number of clients	4,2	1	4
12- Aceitar a colaboração de um colega despedido injustamente/Accept the collaboration of a colleague who was unjustly dismissed	3,7	1,2	4
4 - Denunciar o colega que violou os princípios deontológicos dos psicólogos/Reporting a colleague who violated the psychologists' deontological principles	3,5	1,3	4
8 - Assistir elementos da sua família/Assisting family members	2,5	1,6	2
15 - Comunicar ao cliente os honorários apenas no final da consulta/Communicate the fees to the client only at the end of the consultation	2,5	1,6	2
9 - Atender em lugares públicos/Assisting in public places	2,1	1,3	2
10 - Assistir clientes de outro psicólogo, mesmo sem o pedido deste/Assist clients treated by another psychologist, even without a request	2	1,3	1
14 - Ceder instrumentos de avaliação psicológica a pessoas não qualificadas/Providing psychological assessment instruments to unqualified persons	1,7	1,2	1

Tabela/Table 2- **Estrutura Hierárquica dos valores reconhecidos nos Psicólogos Penitenciários/Hierarchical structure of values recognised among penitentiary psychologists**

	Média/Average	DP	Md
1- Respeito pela dignidade e direitos da pessoa/Respect the person's dignity and rights	3,7	1,3	4
13 - Guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente/Maintain the confidentiality of the work done with the client	3,5	1,4	3
5 - Respeito pelos valores culturais e religiosos do cliente/Respect for the client's cultural and religious values	3,4	1,3	3
2- Usar de objectividade e prudência na avaliação e intervenção psicológica/Use of objectivity and prudence in psychological evaluation and intervention	3,3	1,1	3
3 - Ser claro e cientificamente verdadeiro nas intervenções públicas/Be clear and scientifically true in public interventions	3,3	1,4	3
7- Informar o cliente sobre os serviços que irão ser prestados/Inform the client about the services to be provided	3,3	1,1	3
11- Indicar os serviços de outros colegas caso sinta limitações/Refer the client to the services of other colleagues if you feel there are limitations	3,3	1,3	3
6 - Limitar o número dos clientes/Limit the number of clients	3	1,3	3
12- Aceitar a colaboração de um colega despedido injustamente/Accept the collaboration of a colleague who was unjustly dismissed	2,9	1,3	3
15 - Comunicar ao cliente os honorários apenas no final da consulta/Communicate the fees to the client only at the end of the consultation	2,9	1,4	3
4 - Denunciar o colega que violou os princípios deontológicos dos psicólogos/Reporting a colleague who violated the psychologists' deontological principles	2,8	1,3	3
8 - Assistir elementos da sua família/Assisting family members	2,8	1,4	3
10 - Assistir clientes de outro psicólogo, mesmo sem o pedido deste/Assist clients treated by another psychologist, even without a request	2,7	1,3	3
14 - Ceder instrumentos de avaliação psicológica a pessoas não qualificadas/Providing psychological assessment instruments to unqualified persons	2,5	1,5	2
9 - Atender em lugares públicos/Assisting in public places	2,4	1,4	2

encontra-se o ranking dos três menos valorizados: 9- Atender em lugares públicos ($M=2,4$); 14- Ceder instrumentos de avaliação psicológica a pessoas não qualificadas ($M=2,5$); 10- Assistir clientes de outro psicólogo, mesmo sem o pedido deste ($M=2,7$).

No Gráfico 1 apresenta-se a comparação entre a auto-avaliação feita pelos psicólogos do Serviço Penitenciário e a hetero-avaliação, ou seja, o conhecimento que estes têm sobre os níveis de valorização dos seus colegas de profissão. Verifica-se que a menor diferença se encontra nas normas 8- Assistir elementos da sua família e 9- Atender em lugares públicos, enquanto a maior diferença se encontra no 13- Guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente

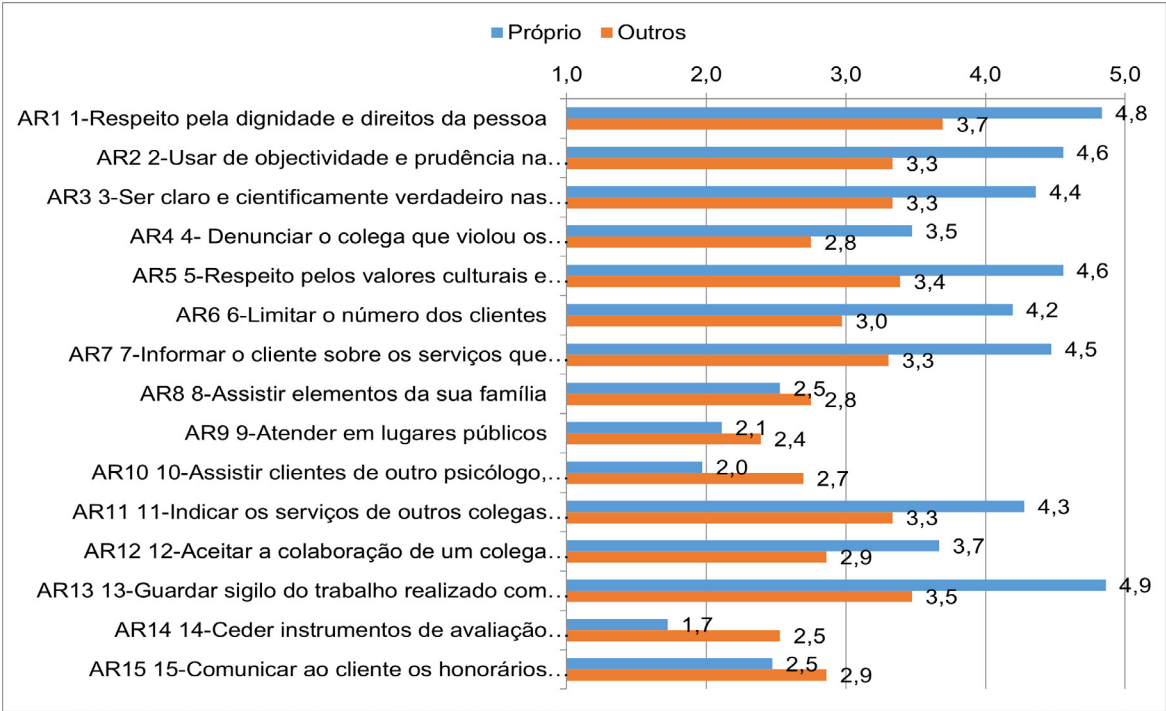
A análise da relação entre as diferenças (Tabela 3) na

($M=4.9/M=3.5 - p .000$); 1-respect for the person's dignity and rights ($M=4.8/M=3.7 - p .000$); 2-use of objectivity and prudence in psychological evaluation and intervention ($M=4.6/M=3.3 - p .000$); 5-respect for the client's cultural and religious values ($M=4.6/M=3.4 - p .000$); 7-inform the client about the services to be provided ($M=4.5/M=3.3 - p .000$); 3-be clear and scientifically true in public interventions ($M=4.4/M=3.3 - p .000$); 6-limit the number of clients ($M=4.2/M=3.0 - p .000$); 11-refer the client to the services of other colleagues if you feel there are limitations ($M=4.3/M=3.3 - p .001$); 12-accept the collaboration of a colleague who was unjustly dismissed ($M=3.7/M=2.9 - p .006$) and 4-reporting a colleague who violated the psychologists' deontological principles ($M=3.5/M=2.8 - p .009$).

The psychologists who participated claimed to value

adesão aos valores, identificados pelos próprios e reconhecidos nos outros psicólogos do Serviço Penitenciário, revelou diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.05$) em 12 (80%) das normas e princípios que integram a ESEHV. Os psicólogos

the following significantly more than their colleagues: 14–providing psychological assessment instruments to unqualified persons ($M=1.7/M=2.5 - p .028$) and 10–assisting clients treated by another psychologist, even without his request ($M=2.0/M=2.7$



Gráfico/Graph 1: Valores próprios e valores reconhecidos – os psicólogos penitenciários de Angola/One's own values and recognised values – the penitentiary psychologists of Angola

que participaram na investigação consideram que valorizam significativamente mais, do que os seus colegas de exercício profissional: 13- no guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente ($M=4,9 / M=3,5 - p .000$); 1- respeito pela dignidade e direitos da pessoa ($M=4,8 / M=3,7 - p .000$); 2- usar de objetividade e prudência na avaliação e intervenção psicológica ($M=4,6 / M=3,3 - p .000$); 5- respeito pelos valores culturais

- $p .030$). Regarding 15–Communicate the fees to the client only at the end of the consultation ($M=2.5/M=2.9 - p .243$), 9–assisting in public places ($M=2.1/M=2.4 - p .317$) and 8–assisting members of their family ($M=2.5/M=2.8 - p .503$), no statistically significant differences were found between their own valuation and the valuation they recognised in their colleagues.

Tabela/Table 3- Relação entre as diferenças na adesão aos valores (próprios e do outro)/Relationship between differences in adherence to values (one's own and those of others)		
	Wilcoxon	P
1- Respeito pela dignidade e direitos da pessoa/Respect the person's dignity and rights	-3,826	.000
2- Usar de objectividade e prudência na avaliação e intervenção psicológica/Use of objectivity and prudence in psychological evaluation and intervention	-4,234	.000
3 - Ser claro e cientificamente verdadeiro nas intervenções públicas/Be clear and scientifically true in public interventions	-3,547	.000
4 - Denunciar o colega que violou os princípios deontológicos dos psicólogos/Reporting a colleague who violated the psychologists' deontological principles	-2,630	.009
5 - Respeito pelos valores culturais e religiosos do cliente/Respect for the client's cultural and religious values	-4,104	.000
6 - Limitar o número dos clientes/Limit the number of clients	-3,672	.000
7- Informar o cliente sobre os serviços que irão ser prestados/Inform the client about the services to be provided	-4,262	.000
8 - Assistir elementos da sua família/Assisting family members	-0,669	.503
9 - Atender em lugares públicos/Assisting in public places	-1,001	.317
10 - Assistir clientes de outro psicólogo, mesmo sem o pedido deste/Assist clients treated by another psychologist, even without a request	-2,172 ^c	.030
11- Indicar os serviços de outros colegas caso sinta limitações/Refer the client to the services of other colleagues if you feel there are limitations	-3,321 ^b	.001
12- Aceitar a colaboração de um colega despedido injustamente/Accept the collaboration of a colleague who was unjustly dismissed	-2,740 ^b	.006
13 - Guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente/Maintain the confidentiality of the work done with the client	-4,262 ^b	.000
14 - Ceder instrumentos de avaliação psicológica a pessoas não qualificadas/Providing psychological assessment instruments to unqualified persons	-2,200 ^c	.028
15 - Comunicar ao cliente os honorários apenas no final da consulta/Communicate the fees to the client only at the end of the consultation	-1,168 ^c	.243

e religiosos do cliente (M=4,6 / M=3,4 - p .000); 7- informar o cliente sobre os serviços que irão ser prestados (M=4,5 / M=3,3 - p .000); 3- ser claro e cientificamente verdadeiro nas intervenções públicas (M=4,4 / M=3,3 - p .000); 6- limitar o número dos clientes (M=4,2 / M=3,0 - p .000); 11- indicar os serviços de outros colegas caso sinta limitações (M=4,3 / M=3,3 - p .001); 12- aceitar a colaboração de um colega despedido injustamente (M=3,7 / M=2,9 - p .006) e o 4- denunciar o colega que violou os princípios deontológicos dos psicólogos (M=3,5 / M=2,8 - p .009).

Os psicólogos que participaram na investigação consideram que os seus colegas valorizam significativamente mais: 14- ceder instrumentos de avaliação psicológica a pessoas não qualificadas (M=1,7 / M=2,5 - p .028) e 10- assistir clientes de outro psicólogo, mesmo sem o pedido deste (M=2,0 / M=2,7 - p .030). Relativamente ao 15- comunicar ao cliente os honorários apenas no final da consulta (M=2,5 / M=2,9 - p .243), ao 9- atender em lugares públicos (M=2,1 / M=2,4 - p .317) e ao 8- assistir elementos da sua família (M=2,5 / M=2,8 - p .503) não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre a valorização própria e a valorização que reconhecem nos colegas.

4. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos confirmam globalmente a adesão dos psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola aos princípios e normas do Código Deontológico. Na estrutura hierárquica o guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente (13) aparece como a norma deontológica a que mais valor é atribuído e aquela que mais é reconhecida na prática profissional dos psicólogos. Este resultado confirma não só a indicação de conhecimento desta norma do Código Deontológico, tal como está preconizado nos pressupostos da prática profissional dos psicólogos, mas destaca e confirma a importância que é atribuída ao sigilo profissional (Francis, 2004), afirmando-se também em Angola a confidencialidade como “um valor absoluto” (Ricou, 2014, p. 248). O facto do respeito pela dignidade e direitos da pessoa (1) se confirmar também como um dos mais integrados na estrutura hierárquica deontológica dos psicólogos penitenciários indica que a sua prática profissional é assistida, ao mais alto nível, por este princípio integrado no Código Deontológico. Merece destaque este resultado que, proveniente de uma profissão com formação oriunda das Ciências Sociais e Humanas, confirma o respeito pela pessoa como princípio mais elevadamente integrado na estrutura hierárquica de valores dos psicólogos, em alinhamento com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No mesmo sentido se encontram reconhecidos e valorizados na prática profissional dos psicólogos penitenciários o usar de objetividade e prudência na avaliação e intervenção psicológica (2) e o respeito pelos valores culturais e religiosos do cliente (5). Estas valorizações e reconhecimento apontam para a concordância com aquilo que no espaço da introdução foi afirmado quanto às orientações que também determinam a intervenção reabilitativa no Serviço Penitenciário, nomeadamente aos Planos Individuais de Reabilitação que usam de objetividade e respeitam a singularidade de cada pessoa privada de liberdade.

Considerando que as normas e princípios deontológicos

4. DISCUSSION

The results globally confirm the agreement of psychologists of the PSA with the principles and norms of the Deontological Code. In the hierarchical structure, *maintain the confidentiality of the work performed with the client* (13) appeared as the deontological norm to which the most value was attributed, and the one most recognised in psychologists' professional practice. This outcome not only confirms the indication of knowledge of this standard of the Deontological Code, as recommended in the assumptions of psychologists' professional practice, but also highlights the importance that is attributed to professional secrecy (Francis, 2004). Confidentiality is also stated in Angola as 'an absolute value' (Ricou, 2014, p.248). The fact that *respect for the person's dignity and rights* (1) is also verified as one of the most integrated in the deontological hierarchical structure of psychologists' penitentiaries indicates that their professional practice is assisted, at the highest level, by this principle integrated into the Deontological Code. This outcome, derived from a profession with training in the social sciences and humanities, establishes respect for the person as a principle that is more highly integrated in the hierarchical structure of psychologists' values, in alignment with the Universal Declaration of Human Rights.

In the same vein, *the use of objectivity and prudence in psychological evaluation and intervention* (2) and *respect for the client's cultural and religious values* (5) were recognised and valued in the professional practice of penitentiary psychologists. These valuations and recognition point to the agreement with what was affirmed in the space of the introduction, regarding the guidelines that also determine the rehabilitation intervention in the Penitentiary Service, namely, the Individual Rehabilitation Plans that use objectivity and respect the uniqueness of each person deprived of freedom.

Given that norms and ethical principles 14, 10 and 9 are inverted (negatively presented) by controlling the internal consistency of the answers, their lowest valuation points to the recognition of their value; that is, when prison psychologists attribute, and recognise as being of lower value in their hierarchical structure of adhering to psychological assessment, instruments to non-qualified persons (14), the ESEHVP excludes the possibility of manifesting the rejection of this behaviour, which affirms the greatest distance from this deontologically reprehensible attitude. This result confirms, by the positive aspect, the adherence to the norms of the Deontological Code, as well as the awareness of professional identity based on the principle that the 'psychological act' and psychological assessment instruments are the proper matter of psychologists' professional practice, being recognised and valued as such. In the same sense, they appear to assist clients treated by another psychologist, even without a request (10), and assisting in public places (9), which, when collecting the lowest appreciation, is confirmed as professional behaviours not appreciated by these psychologists. It should be noted, however, that although these findings confirm lower adherence to certain practices contrary to what is determined in the Deontological Code, we did not observe a clear rejection of these same practices. In the same vein, assisting clients treated by another psychologist, even without a request (10), and assisting in public places (9), which, by collecting the least value, are confirmed as professional

14, 10 e 9 se encontram invertidos (negativamente apresentados), por opção de controlo da consistência interna das respostas, a sua mais baixa valorização aponta para o reconhecimento do seu valor, ou seja, quando os psicólogos penitenciários atribuem e reconhecem como de menor valor na sua estrutura hierárquica de adesão o ceder instrumentos de avaliação psicológica a pessoas não qualificadas (14), não tendo na ESEHVP a possibilidade de manifestar a rejeição deste comportamento, estão a afirmar o maior distanciamento em relação a esta atitude deontologicamente reprovável. Este resultado confirma, pela positiva, a adesão às normativas do Código Deontológico, assim como aponta para a consciência da identidade profissional a partir do princípio de que o “acto psicológico” e os instrumentos de avaliação psicológica são matéria própria do exercício profissional dos psicólogos, sendo reconhecidos e valorizados como tal. No mesmo sentido aparecem o assistir clientes de outro psicólogo, mesmo sem o pedido deste (10) e o atender em lugares públicos (9), que ao recolherem a menor valorização se confirmam como comportamentos profissionais pouco apreciados por estes psicólogos. Importa, no entanto, referir que apesar destes resultados confirmarem a menor adesão a determinadas práticas contrárias àquilo que está determinado no Código Deontológico, não nos indicam uma rejeição clara dessas mesmas práticas.

Os resultados sobre o conhecimento que os psicólogos em estudo têm relativamente às práticas dos seus colegas, obtidos através da metodologia de hetero-avaliação, confirmam que o princípio do respeito pela dignidade e direitos da pessoa (1) é aquele que mais é valorizado na estrutura hierárquica de valores da prática profissional dos psicólogos penitenciários. Assim, ainda que em posição diferente na estrutura hierárquica própria e na que é reconhecida nos outros, este princípio afirma-se como de “topo” no ranking da prática profissional dos psicólogos. No mesmo sentido encontram-se reconhecidos e valorizados na prática profissional dos colegas o guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente (13) e o respeito pelos valores culturais e religiosos do cliente (5). Também em relação a estas normas deontológicas, tal como se referiu anteriormente, poderá concluir-se que estão alinhadas não só com que determina o Código Deontológico, mas com os pressupostos e orientações do Serviço Penitenciário do MININT - Angola que determinam o sigilo e o respeito pela singularidade do recluso. O menor reconhecimento e a menor valorização por parte dos colegas psicólogos penitenciários do assistir clientes de outro psicólogo, mesmo sem o pedido deste (10), aponta para que na prática profissional exista uma menor valorização desta atitude deontologicamente não recomendável. Na verdade, este resultado, carecendo de posterior confirmação, poderá até estar neste estudo em medida excessiva, atendo que não temos como certo o conhecimento desta norma e sobretudo o seu cumprimento por parte dos psicólogos angolanos. No mesmo sentido aparecem o ceder instrumentos de avaliação psicológica a pessoas não qualificadas (14) e o atender em lugares públicos (9), ou seja, há o reconhecimento de que os colegas valorizam menos estas práticas, ainda que não as rejeitem em absoluto.

A norma deontológica, que na ESEHVP se encontra invertida (negativamente apresentada), comunicar ao

behaviours little appreciated by these psychologists.

The results on the knowledge that psychologists have regarding the practices of their colleagues, obtained through the methodology of hetero evaluation, verify that the principle of respect for the person's dignity and rights (1) is the most valued in the hierarchical structure of values held by prison psychologists. Thus, in a different position in the hierarchical structure itself and in what is recognised in others, this principle is affirmed as ‘top’ in the ranking of professional practice of psychologists. In the same sense, the confidentiality of the work performed with the client (13) and respect for the client's cultural and religious values (5) are recognised and valued in colleagues' professional practice. Additionally, in relation to these deontological norms, as mentioned above, they are aligned not only with what determines the Deontological Code, but also with the assumptions and guidelines of the Penitentiary Service of MININT–Angola, which determine the secrecy and respect for the prisoner's uniqueness. The lower recognition and the lowest appreciation from one's peers, in assisting clients treated by another psychologist, even without a request (10), points out that in professional practice, there is a lower appreciation of this attitude deontologically and it is not recommended. In fact, this result, lacking further confirmation, may even be in this study to an excessive extent, since we do not take for granted the knowledge of this standard and especially its compliance by Angolan psychologists. In the same sense, there is the provision of psychological assessment instruments to unqualified persons (14) and assistance in public places (9); that is, there is the recognition that colleagues value these practices less, even if they do not reject them at all. The deontological standard, which in ESEHVP is reversed (negatively presented), Communicate the fees to the client only at the end of the consultation (15) receives greater appreciation among colleagues than the standard positively enunciated about reporting a colleague who violated the psychologists' deontological principles (4). These findings, with possible indicators of sociocultural and socioeconomic influence, point to the sense that the communication of fees is less valued than the obligation to denounce a colleague for bad practices. Reporting a colleague who violated the psychologists' deontological principles (4) is the deontological standard that lowest rate of association collects among the psychologists of the PSA. This outcome suggests the need to confirm the weight of the domain of interrelationship and professional cohesion, corporate self-defence, and the typology of moral reasoning (Francis, 2004) that are identified in bad professional practices. The relationship between the differences in adherence to the norms and principles manifested by the psychologists and the knowledge they manifest about the support of their colleagues points in the sense that in all the values positively oriented in ESEHVP (13, 1, 5, 7, 3, 6, 11, 12, 4), the psychologists who participated in the study value them significantly more than their colleagues. The biggest difference, in favour of themselves, is in maintaining the secrecy of work done with the client. In contrast, they believe their colleagues' value significantly two more values among the five, which are negatively presented (14, 10), with no statistically significant differences in the remaining three (15, 9, 8). These results point overall in the sense of the conviction on the part of the psychologists under

cliente os honorários apenas no final da consulta (15) acolhe maior valorização nos colegas que a norma positivamente enunciada sobre o denunciar o colega que violou os princípios deontológicos dos psicólogos (4). Estes resultados, com possíveis indicadores de influência sociocultural e socioeconómica, apontam no sentido de que a comunicação dos honorários é menos valorizada do que a obrigação de denunciar um colega por más práticas. Denunciar o colega que violou os princípios deontológicos dos psicólogos (4) é a norma deontológica que menor índice de adesão recolhe entre os psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola. Este resultado sugere a necessidade de se confirmar o peso do domínio da inter-relação e da coesão profissional, da autodefesa corporativa e da tipologia de raciocínio moral (Francis, 2004) que estão identificadas nas más práticas profissionais.

A relação entre as diferenças na adesão as normas e princípios manifestada pelos psicólogos e o conhecimento que manifestam sobre a adesão dos colegas, aponta no sentido de que em todos os valores positivamente orientados na ESEHVP (13, 1, 2, 5, 7, 3, 6, 11, 12, 4) os psicólogos que participaram no estudo consideram que os valorizam significativamente mais que os seus colegas. A maior diferença, a favor dos próprios, encontra-se no Guardar sigilo do trabalho realizado com o cliente. Contrariamente consideram que os seus colegas valorizam significativamente mais dois valores, entre os cinco, que se encontram negativamente apresentados (14, 10), não existindo diferenças estatisticamente significativas nos restantes três (15, 9, 8). Estes resultados apontam globalmente no sentido da convicção, por parte dos psicólogos em estudo, de que a adesão às normas e princípios inscritos no Código Deontológico é de nível mais elevado neles próprios e que a adesão a normas e princípios contrários ao mesmo Código é de nível mais elevado nos colegas. Com o maior nível de diferença, afirmam que eles próprios respeitam muito mais o sigilo profissional quando comparados com os seus colegas. Este resultado aponta, em posterior confirmação, para o alinhamento das respostas dos psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola com a teoria dos construtos pessoais de George Kelly ou com a desejabilidade social, naquilo que se refere à leitura hierarquizada da realidade e à ênfase da individualidade na valorização.

5. CONCLUSÕES

A deontologia profissional aparece associada à qualidade e ao reconhecimento do valor de uma profissão, assim como ao bem-estar individual e grupal dos próprios e dos clientes. O código de ética “é importante para o processo educativo do psicólogo e para evitar passar a mensagem de que uma actuação medíocre, assente no cumprimento das regras básicas da profissão, será suficiente e satisfatória para atingir os seus objectivos” (Ricou, 2014, p. 188). Para os psicólogos, independentemente da área de atuação, trata-se de uma ferramenta de reconhecido valor que baliza a intervenção e eleva para a condição do melhor Ser.

Os resultados obtidos neste estudo, através da avaliação do nível de adesão às normas e princípios que se encontram inscritos no Código Deontológico, confirmam a possibilidade de se identificar a estrutura hierárquica subjacente à prática profissional dos psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola. A opção pela metodologia de auto-resposta, identificação dos

study that adhering to the norms and principles inscribed in the Deontological Code is of a higher level in themselves, and that the adoption of norms and principles, which run contrary to the same code, is of a higher level in colleagues. With the highest level of difference, they claim that they themselves respect professional secrecy much more than their colleagues. This result points, in later confirmation, to the alignment of the responses of psychologists of the PSA with the theory of personal constructs of George Kelly, or with social desirability regarding a hierarchical reading of reality and the emphasis on individuality in valorisation.

5. CONCLUSIONS

Professional deontology is associated with the quality and recognition of a profession's value, as well as the individual and group well-being of the clients themselves. The ethical code ‘is important for the educational process of the psychologist and to avoid passing on the message that a mediocre performance, based on compliance with the basic rules of the profession, will be sufficient and satisfactory to achieve its objectives’ (Ricou, 2014, p. 188). For psychologists, regardless of the area of activity, it is a tool of recognised value that guides the intervention and elevates themselves to their best being.

The results of this study, through evaluation of the level of compliance with the norms and principles inscribed in the Deontological Code, confirm the possibility of identifying the hierarchical structure underlying the professional practice of psychologists who work for the PSA. The choice of self-response methodology, identification of their own levels of access, and the choice of hetero-response methodology, through which the knowledge of peers about the degree of support of colleagues was sought, is confirmed with investigative relevance, by all that allows one to differentiate in the level of the ‘I’ and the ‘Other’ between psychologists. To further investigate this issue, it is proposed to confirm whether the data collected in the application of the ESEHVP in the form of hetero-response effectively reduces the influence of individual (personal) predispositions, and whether it increases statistical fidelity; that is, whether being asked to respond to others—colleagues—increases the veracity of responses and decreases socially desirable responses. Regarding the study's limitations (despite their great merit), the evaluation of approximately 30% of psychologists working in the PSA (which was possibly the first time that a study of this nature has been conducted) suggests that the integration of psychologists from other areas and services in the sample under study will contribute to broader evidence on the structure of deontological support of these professionals.

Based on the results obtained in this investigation, it is concluded that the indication of the existence of an adequate hierarchical structure of adhering to values causes psychologists of the PSA to hold a higher appreciation of the norms and principles positively presented and a lower appreciation of all negatively presented values in the ESEHVP.

AUTHORSHIP CONTRIBUTIONS

Conceptualisation – Paulo Alves, Ana Panzo and Fernandes Manuel; Methodology – Paulo Alves, Ana Panzo; Software -

níveis de adesão próprios, e a opção pela metodologia de hetero-resposta, através da qual se procurou o conhecimento dos pares sobre o grau de adesão dos colegas, confirma-se com relevância investigativa, por tudo quanto permite diferenciar no nível de adesão do “Eu” e do “Outro” entre psicólogos. Para investigações futuras, propõe-se que se confirme se os dados recolhidos na aplicação da ESEHVP na forma de hetero-resposta diminuem efetivamente a influência das predisposições individuais (pessoais) e se aumentam a fidelidade estatística, ou seja, se ao ser pedido que respondam sobre os outros - colegas - aumenta a veracidade das respostas e diminuem as respostas socialmente desejáveis. Relativamente às limitações do estudo, apesar do grande mérito, possivelmente pela primeira vez foi feita a avaliação de cerca de 30% do total de psicólogos que trabalham, em Angola, no Serviço Penitenciário, considera-se que a integração de psicólogos de outras áreas e serviços na amostra em estudo concorrerá para uma evidência mais ampla sobre a estrutura de adesão deontológica destes profissionais.

Conclui-se, a partir dos resultados obtidos nesta investigação, com a indicação da existência de uma adequada estrutura hierárquica de adesão aos valores nos psicólogos do Serviço Penitenciário de Angola, confirmada através da maior valorização de todas as normas e princípios positivamente apresentados e uma menor valorização de todos os negativamente apresentados na ESEHVP.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Conceptualização - Paulo Alves, Ana Panzo e Fernandes Manuel; metodologia - Paulo Alves, Ana Panzo; Software - Paulo Alves; Validação - Paulo Alves; Análise formal - Paulo Alves, Ana Panzo; Investigação - Paulo Alves, Ana Panzo e Fernandes Manuel; Recursos - Paulo Alves, Ana Panzo e Fernandes Manuel; Curadoria de dados - Paulo Alves, Ana Panzo e Fernandes Manuel; redação - Paulo Alves, Ana Panzo e Fernandes Manuel; Redação - revisão e edição - Paulo Alves; Visualização - Paulo Alves; Supervisão - Paulo Alves; Coordenação do projeto - Paulo Alves e Ana Panzo; obtenção de financiamento, N/A. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS/REFERENCES

- Alves P. Sabedoria: Construção de uma nova escala. *Psicologia, Educação e Cultura*, XI, 2, pp. 289-306, 2007.
- Alves P, Morgado L, Oliveira B. Wisdom assessment: Portuguese adaptation of the Self-Assessed Wisdom Scale – SAWS – by Jeffrey Webster. *Psychologica*, 57 (1), 41-59, 2014, doi:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_57_3
- Alves P. A Sabedoria: Definição, Multidimensionalidade e Avaliação. Edições Piaget, Lisboa, 2011.
- Código Deontológico dos Psicólogos de Angola. Ordem dos Psicólogos de Angola, Luanda, 2015.
- Francis R. Ética para Psicólogos. Edições Piaget, Lisboa, 2004.
- Kohlberg L. Psicología del desarrollo moral. Desclée de Brouwer, Bilbao Spain, 1992.
- Kung H. Projecto para uma ética mundial. Edições Piaget, Lisboa, 1996.
- Lourenço O. Psicologia de Desenvolvimento Moral. Livraria Almedina, Coimbra, 1998.
- Manuel F. *Homicídio em Angola*. Editora BC Livtec, República Checa, 2010.
- Manuel F. Crime e Psicologia no Sistema Penitenciário. Impaktu Media, Luanda, 2018.

Paulo Alves; Validation – Paulo Alves; Formal analysis – Paulo Alves, Ana Panzo; Research – Paulo Alves, Ana Panzo and Fernandes Manuel; Resources – Paulo Alves, Ana Panzo and Fernandes Manuel; Data curation – Paulo Alves, Ana Panzo and Fernandes Manuel; Editorial staff – Paulo Alves, Ana Panzo and Fernandes Manuel; Writing (proofreading and editing) – Paulo Alves; Visualisation – Paulo Alves; Supervision – Paulo Alves; Project coordination - Paulo Alves and Ana Panzo; Obtaining - Paulo Alves/A. All authors read and agreed with the published version of the manuscript.

- NEP. Normas de Execução permanente do Sistema Penitenciário. Angola, 2016.
- Netemeyer R, Bearden W, Sharma S. *Scaling Procedures: Issues and Applications*. Sage, London, 2003.
- O'Donouhe W, Ferguson K. Handbook of Professional Ethics for Psychologists - Issues, Questions, and Controversies.: Sage Publications, Thousand Oaks, 2003.
- Panzo A. Agressores Sexuais de Menores - Contextos e Perfil. Kilunji, Editora Luanda, 2020.
- Piaget J. O juízo moral na criança. Summus, São Paulo, 1994.
- Regulamento Orgânico da Direção Geral do Serviço Penitenciário – Diário da República – Angola, nº 137, I Série, 11 de agosto de 2017.
- Ricou M. Ética e Psicologia: Uma prática integrada. Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2004.
- Ricou M. A Ética e a Deontologia no Exercício da Psicologia. A3 Artes Gráficas, Lisboa, 2014.
- Seixas S. Violência Escolar: metodologias de identificação dos alunos agressores e/ou vítimas. *Análise Psicológica*, vol. **23**, nº 2, pp. 97-110, 2005.
- Thoma SJ, Dong Y. The Defining Issues Test of moral judgment development. *Behavioral Development Bulletin*, 19(3), 55–61, 2014, doi:10.1037/h0100590.